



A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS INTRA-BRICS DE 2001 A 2017

THE EVOLUTION OF INTER-BRICS TRADE RELATIONSHIPS BETWEEN 2001 AND 2017

Luciane Cristina Carvalho*
Heitor Lunardi Fernandes**

RESUMO: Este estudo refere-se às potencialidades que uma proximidade dos países do BRICS pode gerar, com a ideia inicial de estreitar suas relações com fins políticos para aumentar a representatividade dos países em desenvolvimento no cenário internacional. O objetivo deste trabalho é analisar se essa afinidade política e diplomática ocasionou aumento de comércio no período de 2001 a 2017 entre os países do BRICS. Para atender o objetivo deste trabalho foram feitas análises baseadas nos Índices de Vantagem Comparativa Revelada de Balassa (1965) e de Lafay (1990), esses índices buscam identificar se o país apresenta vantagem comparativa no comércio. Conforme o estudo, percebeu-se que os países do bloco tiveram melhoras no comércio com seus pares por meio da ampliação de suas exportações e importações. Tem-se, a partir da análise, que o Brasil apresenta forte especialização em *commodities*, a China teve melhor desempenho nos setores que envolvem indústrias, Rússia e África do Sul foram melhores no setor de minério e metais, mostrando que os países têm condições de transformar a matéria-prima em produto final, e por fim a Índia se destacou na atividade de minérios, metais e na indústria têxtil. Pode-se dizer que houve aumento no comércio entre os países e que as nações se beneficiaram dessa aproximação.

PALAVRAS-CHAVE: BRICS; Vantagem comparativa; Comércio exterior.

ABSTRACT: Current analysis investigates the potentiality that approaches with BRICS countries may provide, featuring tightening relationships with political ends to increase the representativeness of developing countries within the international scenario. The paper analyzes whether such political and diplomatic affinity provided an increase in commerce within the 2001-2017 period between BRICS countries. Analyses were based on Revealed Comparative Advantage Indexes by Balassa (1965) and Lafay (1990) which identified whether the country had a comparative advantage in trade. Results show that BRICS countries improved in trade with their peers through widening of exports and imports. Brazil has a great specialization in commodities and China has a better performance in sectors involving industries. Russia and South Africa were better in the mineral and metal sectors and revealed that the countries were able to transform prime matter into final products. India was significant in minerals, metals and textile industries. There was actually an increase in trade between the countries which highly improved through such approach.

KEY WORDS: BRICS; Comparative advantages; Foreign commerce.

INTRODUÇÃO

As transformações econômicas mundiais ocorridas com o avanço do comércio internacional ocasionaram a expansão das fronteiras, deixando para trás divisas territoriais e passando a ter um mundo conectado, permitindo assim a integração entre povos, empresas e países.

Dessa forma, o grupo de países conhecido como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Esses países trouxeram uma nova dinâmica ao cenário internacional, suas economias com crescimento relevantes se uniram para ganhar maior representatividade perante as instituições internacionais, uma aproximação de âmbito político que acaba trazendo benefícios em outras áreas.

* Doutora em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá (PR). Professora adjunta no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande (MS), Brasil.

** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande (MS), Brasil.

A importância da formação do BRICS mostra a relevância do grupo quando se constata a população e o PIB de cada país. Conforme IBGE (2016), quando somada a população do bloco, passa de 3 bilhões de pessoas e o PIB superior a U\$ 16 trilhões, que é mecanismo político internacional de cooperação mútua entre os países integrantes. Sendo assim, o artigo busca verificar como são as relações comerciais Intra-BRICS e a dinâmica comercial de sua aproximação como grupo político.

Assim a situação problemática a ser discutida é: “Quais as principais relações entre os membros dos BRICS?” Para responder essa pergunta tem-se como finalidade verificar a evolução das relações comerciais Intra-BRICS de 2001 a 2017. Complementando o estudo com a caracterização dos BRICS, destacando as principais Seções³ da pauta comercial dos países do BRICS e se elas trazem vantagem comparativa para os países do grupo.

A motivação para o estudo está na relevância do tema economia internacional e no aspecto de serem países que têm ganhado relevância no cenário internacional e por ser um fato recente, desse modo o BRICS tem sido objeto de estudo de vários trabalhos que serviram de apoio: Cozendey (2013), Fonseca (2013), Ramalho (2013), Silva (2013), Taques (2015), Thorstensen e Oliveira (2012), Vieira (2009). Para o contexto teórico o estudo teve base em Appleyard (2010), Krugman (2005), Salvatore (2000).

Enfim, a seguir expõem-se as teorias do comércio internacional como fundamentação teórica para este estudo.

2 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Aborda-se como base teórica a Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo (1982) e a Teoria de integração econômica.

54

2.1 TEORIA DA VANTAGEM COMPARATIVA

Uma das teorias mais importantes da economia internacional é a teoria das vantagens comparativas elaborada por David Ricardo (1982). De acordo com Krugman (2010), no modelo ricardiano as nações irão exportar aqueles bens que conseguem produzir com maior eficiência e importarão bens nos quais não são tão eficientes, ou seja, o padrão de produção e sua eficiência que irá determinar a vantagem comparativa.

Krugman (2010, p. 22) afirma que “um país possui vantagem comparativa na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção desse bem em relação aos demais é mais baixo nesse país do que em outros”. Seguindo no raciocínio observa-se que “o comércio entre dois países pode beneficiar a ambos, se cada qual exportar os bens em que possui uma vantagem comparativa” (KRUGMAN, 2010, p.22).

Conforme Salvatore (2000), esta teoria analisa a base do comércio mutuamente benéfico entre dois países que ofertam de acordo com sua eficiência de produção. Sendo assim, o país deve se especializar na produção e comércio daquele produto no qual possui maior eficiência, ou seja, uma vantagem comparativa, e trocá-lo com o produto que não consegue produzir com a mesma capacidade.

Essa ideia de benefício mútuo solidifica a relação entre os países, um país pode abrir mão de um produto que tenha uma vantagem comparativa menor para um parceiro, assim fortaleceria a relação entre os dois países, o país beneficiado com essa relação pode trazer custos menores para determinado produto, por exemplo, assim o primeiro país poderia se especializar no produto com maior vantagem comparativa e diminuir seus custos com a importação do outro, gerando assim um ganho no comércio.

Com as teorias sobre comércio apresentadas, a próxima seção irá mostrar conceitos e teorias sobre a integração econômica e como a evolução desse tema contribuiu para o avanço na área de economia internacional levando os países a alternativa de se integrar em blocos para melhorar resultados comerciais e políticos.

³ São seções do Sistema Harmonizado que foram selecionadas por serem as que mais têm participação no comércio, são as seções II, V, VI, XI, XV e XVI.

2.2 TEORIA DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

A integração econômica é entendida como alternativa para diversos países como forma de ampliar suas relações comerciais e até mesmo política. Nesse sentido, a teoria da integração é uma base teórica que sustenta o objeto deste estudo que é a integração de países emergentes como forma de alcançar o desenvolvimento, no entanto, a princípio como um grupo político.

Os cenários macroeconômicos dos países não desenvolvidos entraram como foco em debates e discussões sobre o futuro da economia internacional. Dessa forma, percebe-se que a integração é alternativa aos países emergentes, conforme APPEYARD, (2010).

Quando os países formam coalizões econômicas, seus esforços representam um movimento parcial rumo ao livre-comércio e uma tentativa de cada país participante de obter alguns dos benefícios de uma economia mais aberta sem sacrificar o controle sobre mercadorias e serviços que atravessam suas fronteiras e, consequentemente, sobre sua estrutura de produção e consumo. (APPEYARD, 2010, p. 386).

De acordo Gonçalves; Baumann (1998), a integração econômica tem por objetivo estudar a criação de um mercado integrado, desde o término de barreiras ao comércio, da mudança dos fatores de produção e da formação de instituições que possibilitem o arranjo de políticas econômicas em uma região geográfica ou não.

De acordo com Machado (2000), quando se analisam os impactos relacionados ao bem-estar que estão ligados à integração econômica percebem-se alguns fatores responsáveis: (i) a especialização da produção conforme as vantagens comparativas de cada nação; (ii) a origem e a competência de tirar proveito da economia de escala; (iii) as transformações nos termos de troca. Esses fatores formam o objeto fundamental da teoria da integração.

Conforme Machado (2000), há sete formas distintas de integração econômica e política, como mostrado no Quadro 1.

Quadro 1. Formas de integração econômica

Zona preferencial de comércio	Ocorre quando há eliminação parcial de barreiras alfandegárias, perante concessões mútuas ou não de redução de alíquotas, com ausência ou não de cotas de importação, contendo parte do conjunto tarifário sem que haja necessidade de uma redução ou eliminação de restrições ao comércio.
Zona de livre-comércio	Consiste na integração onde todos os membros do grupo irão eliminar tarifas dos produtos de cada um deles, mantendo a independência de cada membro para estabelecer políticas comerciais aos não membros.
União aduaneira	Todas as tarifas são eliminadas entre os membros e o grupo irá optar por uma política comercial externa e comum para os países não participantes.
Mercado comum	Todas as tarifas podem ser abolidas entre os membros e todas as barreiras sobre os fatores entre os países-membros são extintas. Fica adotada a livre circulação de mão de obra e capital entre os integrantes, isso é considerado um nível elevado de integração econômica.
União econômica	Estão incluídas todas as características anteriores no mercado comum e envolve a unificação de instituições econômicas e coordenação das políticas econômicas a serem adotadas em todos os países participantes. Entretanto, há entidades políticas separadas, a união acaba criando instituições supranacionais que irá tomar as decisões para todos os membros.
Integração econômica total	Configura-se pela criação de uma moeda única e de um banco central regional independente, caracterizando a constituição de uma união monetária. Nesse nível implica a perda total de autonomia dos Estados (está se referindo a Estados geográficos?) nacionais na gestão da política monetária.
União política	Configura-se pela constituição de uma federação de Estados com autoridade política unificada ou na composição de uma confederação de Estados na qual somente as áreas acordadas passam a ser objeto de controle de instituições supranacionais. Essa formação de união política ocorre geralmente quando envolve cooperação nas políticas externa e de defesa, por exemplo.

Fonte: Elaboração própria a partir de Machado (2000, p. 21)

De acordo com Taques (2015), ocorrem diferenças entre as integrações econômicas, sendo a primeira a formação de blocos econômicos formais, sendo este, quando traz algo concreto, tais como assinatura de legislações pertinentes ao objetivo pré-estabelecido pelos signatários como o Tratado de Maastricht que originou a União Europeia e o Tratado de Assunção - o Mercosul. A segunda forma é as alianças informais, estas se constituem muito mais em fóruns de discussão e debates econômicos, do que algo estabelecido por um conjunto de normas e leis que todos devem seguir como o G7 e os BRICS.

Com o melhor entendimento sobre as teorias de comércio e de integração econômica, a próxima seção irá apresentar o BRICS e como uma união política e diplomática de países em desenvolvimento tem transformado o cenário internacional, uma influência diferente e mais representativa para se contrapor às tradicionais ideias das nações desenvolvidas.

3 DE BRIC A BRICS: A EVOLUÇÃO DE UM “BLOCO” POLÍTICO

Esta subseção tem por objetivo contextualizar os BRICS, do momento em que a ideia sobre a formação do grupo surgiu através de um artigo e como foi evoluindo até chegar no momento em que se encontra. E, também, como as ações do BRICS foram crescendo e aumentando a relevância do “bloco”, a palavra bloco entre aspas por causa da união dos países não ter sido formalizada como bloco até então, trata-se de fato de um grupo de países com interesse comum.

Segundo Thorstensen (2012), o acrônimo BRIC foi utilizado pela primeira vez pelo economista Jim O’Neill, em 2001; ele buscou uma forma de atrair a atenção de investidores para alterações na economia mundial. O acrônimo BRIC é formado pelas letras de Brasil, Rússia, Índia e China, essas economias chamaram a atenção pelo crescimento econômico e o potencial de suas economias, como pode ser visto no Quadro 2:

Quadro 2. Similaridades e características dos países do BRICS

País	Extensão territorial em km ²	População	PIB (Milhões US\$)
Brasil	8.515.759,090	204.450.649	1.772.591
Rússia	17.098.240	143.456.918	1.326.016
Índia	3.287.260	1.311.050.527	2.116.239
China	9.600.001	1.376.048.943	11.158.457
África do Sul	1.219.090	54.490.406	314.571

Fonte: IBGE (2016)

O artigo *Building Better Global Economic BRICs*, escrito por Jim O’Neil, em 30 de novembro de 2001, é o primeiro registro do debate acerca dos países do BRICs, na época a letra “s” era minúscula pois era o plural de BRIC, nesse artigo só foram abordados Brasil, Rússia, Índia e China; a África do Sul entrou em 2011.

Segundo O’Neil (2001), alguns cenários foram estipulados para visualizar o PIB (Produto Interno Bruto) futuro e suposições acerca da conjuntura que ficaria o contexto internacional. Nesse estudo ficou constatado que o papel dos BRICs cresceria, e de acordo com as suposições apresentadas o PIB desses países comparado com outras economias mundiais apresentou crescimento.

Se acordo de com o artigo do O’Neil (2001) foram analisados os anos de 1999 a 2002, tendo o Brasil crescimento médio ao fim do período de 2,1%, a Rússia 5,3%, a Índia 5,2% e a China 7,35%, enquanto os Estados Unidos com 2,32%, a União Europeia com 2,05% e a Grã-Bretanha com 2,15%, indicando que os BRICs apresentaram cresci-

mento maior que as economias do G7 (Grupo dos Sete), constatando como esses países aumentariam sua relevância na economia mundial.

O artigo de O'Neil (2001) trata do crescente papel dos países do BRICS, como os quatro países são diferentes economicamente, socialmente e politicamente. Considerando que o cenário era favorável para um ambiente mais saudável e que os resultados do PIB desses países apresentavam tendência de crescimento e que com isso era a hora de expandir a política econômica global e integrar esses países, pois um mundo melhor seria o resultado da entrada desses países ao cenário econômico internacional.

De acordo com Thorstensen (2012), após esse destaque dado ao termo pelos investidores, os governos resolveram transformar isso em um grupo de articulação política, o primeiro encontro para discutir as possibilidades desse movimento ocorreu em 23 de setembro de 2006, aproveitando a participação de todos os membros na LXI Sessão da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), e os integrantes desse grupo se reuniram informalmente para formar um foro de discussões por conferências a partir de 2008.

De acordo com Silva (2013), participar do BRICS para todos os países tem seu fator predominante, para a China o BRICS é uma solução cabível de se situar como líder internacional, podendo ter mais prestígio mundialmente e diminuir o papel dos Estados Unidos na influência global. Para a Rússia é importante como um novo fórum de debate, onde o país pode dialogar com mais países e sem ter a participação norte-americana nesse meio.

Já no caso da Índia é uma oportunidade de ter relações com a China com quem possui conflitos territoriais e é um grupo no qual o país pode debater suas necessidades. Para o Brasil, é uma melhora em sua imagem, mostrando que tem crescido sua influência e força para debater tópicos de interesses internacionais, também é um ótimo espaço para aproximar parceiros e procurar estreitar ainda mais as relações políticas e econômicas com eles. Participar dos BRICS para a África do Sul é positivo sob ponto de vista de modo geral.

Conforme Stuenkel (2017), a primeira reunião formal ocorreu em 16 de maio de 2008 em Ecatimburgo. Na ocasião participaram ministros dos países envolvidos e fizeram declaração conjunta visando debater questões econômicas e financeiras. E a partir dessa reunião ficou estabelecida uma agenda de encontros com maior frequência. Essas reuniões ficaram conhecidas como cúpula, como se apresenta no Quadro 3.

Quadro 3. Cúpulas de negociação do BRICS

(Continua)

I Cúpula (2009)	Impacto da grave crise econômica mundial de 2008, focando principalmente nas áreas econômicas e financeiras, destacando a necessidade de reformas das instituições financeiras internacionais e o papel do G20
II Cúpula (2010)	Acontece um acordo político entre os membros do BRICS, devido a um aumento considerável nas ações cooperadas Intra-BRIC.
III Cúpula (2011)	Os países-membros enaltecem a entrada do país sul-africano pois é de extrema relevância econômica no continente africano, uma representatividade geográfica e importante atuação política no cenário mundial.
IV Cúpula (2012)	A criação do Banco dos BRICS. Esse banco teria o objetivo de financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, tanto nos países-membros como nos demais países emergentes e em desenvolvimento.
V Cúpula (2013)	A ideia de "BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização". Os principais resultados da Cúpula foram: instauração das negociações para a implementação do Arranjo Contingente de Reservas, com capital inicial de US\$ 100 bilhões; aprovação do relatório de viabilidade do "Banco de Desenvolvimento dos BRICS"; implementação do Conselho Empresarial do BRICS e do Conselho de <i>Think Thanks</i> do BRICS.
VI Cúpula (2014)	"Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis". Foram assinados na VI Cúpula os acordos que constituíram o Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. Foram celebrados também acordos entre os bancos nacionais de desenvolvimento dos BRICS com o objetivo de cooperação com foco na inovação e um Memorando de Entendimento para Cooperação Técnica entre Agências de Crédito e Garantias às Exportações do BRICS.

(Conclusão)

VII Cúpula (2015)	A reunião serviu para confirmar os acordos firmados sobre o Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas, ocorrendo o primeiro encontro do Conselho de Governadores e da Diretoria do Banco, as perspectivas dentre os Bancos Centrais tornaram o Arranjo plenamente viável. Diversificação e aprofundamento das trocas comerciais e de investimento entre os países-membros.
VIII Cúpula (2016)	As principais discussões foram sobre o crescimento econômico, responsabilidade fiscal e social, atração de investimentos, desenvolvimento do Novo Banco de Desenvolvimento e combate ao terrorismo
IX Cúpula (2017)	Aprofundar a cooperação na área financeira, comercial e de investimentos.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Itamaraty (2018).

Nota: Cúpulas são as reuniões diplomáticas do BRICS. No quadro aparece a compilação resumida de várias cúpulas, portanto não há indicação de página.

Para ajudar a entender a importância da aproximação dos países do BRICS, tem-se que

[...] a China é hoje um dos motores da economia internacional; a Rússia tem peso próprio em matéria de segurança, dada a dimensão de seu arsenal nuclear e relevância no mercado de energia; a Índia vale pelo peso demográfico e pela influência regional, além de ser a maior democracia “real” do mundo; a África do Sul é o ator estratégico em uma área crescentemente importante como produtora de commodities; e o Brasil é ator fundamental em negociações sobre desenvolvimento sustentável ou comércio. (FONSECA JR., 2013, p. 24).

Conforme Ramalho (2013), os BRICS se destacaram no cenário político e econômico por apresentarem trajetórias tão diferentes. A iniciativa de trabalharem em conjunto chamou a atenção, pois é necessário um trabalho muito grande para construir uma agenda comum, buscando coincidir o interesse dos BRICS e não o interesse individual.

Conforme Vieira (2009), os países do BRICS possuem vários pontos em comum como, por exemplo, seu extenso território, uma grande população e seu produto potencial. Com isso a aproximação entre eles acaba sendo benéfica para impulsionar suas economias.

Cozendey (2013), em concordância com Ramalho (2013) sobre os desafios para atuação conjunta dos BRICS, escreve que

Cada um desses países traz à economia internacional um conjunto diferente de recursos e capacidades e, portanto, de interferência nos regimes anteriormente vigentes. Não só esses países alteram o funcionamento dos mercados internacionais de bens, serviços e energia, mas suas políticas econômicas se distanciam, em graus diferentes, das práticas e consensos que prevaleceram nos polos centrais da economia internacional nas últimas décadas. (COZENDEY, 2013, p. 161-162).

Em consonância com Cozendey (2013), que destaca as diferenças entre os países, o IBGE (2016) apresenta alguns dados comparativos para ver as similaridades e características dos países do BRICS.

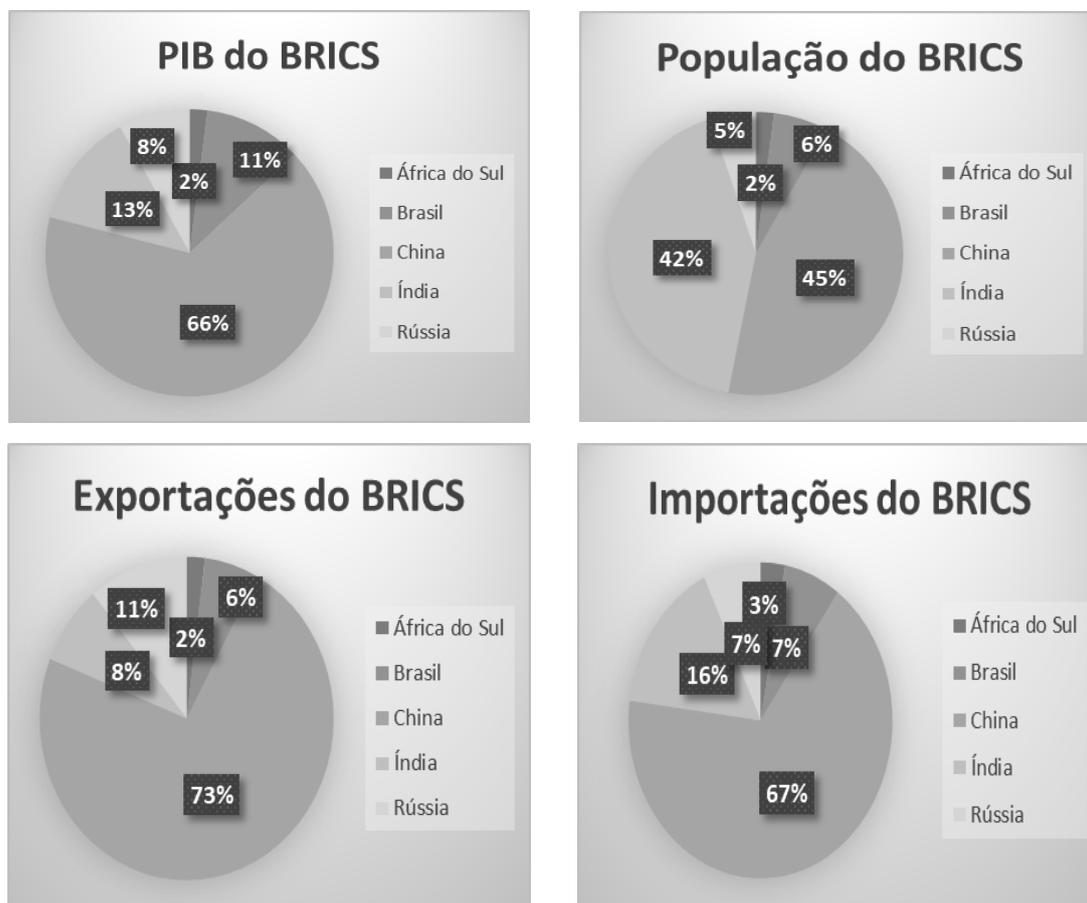


Gráfico 1: Principais indicadores do BRICS 2015.

Fonte: MRE (2016, p. 3).

Essas características mostram similaridades entre os países do BRICS, entre elas sua elevada população, extenso território e um PIB relevante, tendo China, Índia e Brasil dentre as maiores econômicas do mundo, que juntas trazem grande importância econômica para os BRICS, em concordância com Vieira (2009).

Conforme Baumann (2012), ao analisar o desempenho econômico dos países do BRICS e observar que os indicadores macroeconômicos auxiliam no fortalecimento das possibilidades ao se considerar o papel crescente no cenário mundial exercido pelos países, perdendo o rótulo de mais um país em desenvolvimento, entrando em cena como países relevantes. Os grandes mercados internos que esses países possuem fazem com que as exportações alavancadas pelo crescimento viam o impulso nas relações internacionais, já que possuem mercados bem atrativos.

Das sete formas distintas de integração, propostas por Machado (2000), o BRICS se enquadra na sétima forma que está relacionada à união política, pois os países vêm demonstrando consonância em várias atividades. Conforme Itamaraty (2018), os países têm expandido suas ações de diversas formas, principalmente na coordenação política, na cooperação econômico-financeira e na cooperação multissetorial.

Segundo Itamaraty (2018), no aspecto da coordenação política, o foco do BRICS tem defendido reforma do conselho de segurança da ONU e reforma do FMI, por exemplo. Os países do BRICS se mostram abertos para cooperar com outros países, organizações internacionais e regionais. No âmbito da cooperação econômico-financeira dois pontos são destacados; primeiro a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e na criação do Arranjo Contingente de Reservas (ACR). Na cooperação multissetorial mais de 30 áreas foram envolvidas.

Com todo o contexto apresentado sobre os BRICS, mostra-se como é relevante o estudo sobre esse grupo político que tem passado por transformações, saindo só da base política e atingindo diversas áreas importantes no ce-

nário internacional. A relevância dos países tem aumentado a cada ano, são países de grandes economias que podem tirar proveito disso para ampliar o comércio entre elas, buscando uma relação mais próxima e justa.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem uma abordagem quantitativa e qualitativa, sobre a abordagem quantitativa, “a pesquisa quantitativa, necessariamente, faz uso de métodos e técnicas de estatísticas, de matemática e indicadores”. Para Gonçalves (2017, p. 27), essa abordagem satisfaz o estudo levando em conta que foram informações estatísticas para a elaboração de indicadores, como o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), proposto por Balassa e o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (VCR_L), elaborado por Lafay,

Esses índices são a evolução da teoria da vantagem comparativa de David Ricardo (1982), Balassa desenvolveu o IVCR com base na teoria da vantagem comparativa e Lafay ao desenvolver o VCR_L buscou ter um índice mais completo para análise da vantagem comparativa revelada.

A segunda abordagem é a abordagem qualitativa, “a pesquisa qualitativa tem por base a percepção e avaliação do pesquisador, servindo-se do ambiente, da coleta de dados, da interpretação de fenômenos e a atribuição de sentido ou significado para os mesmos” (GONÇALVES, 2017, p. 27). Essa abordagem se encaixa na busca por compreender os temas relacionados ao estudo, coletando materiais para conectar os objetivos do estudo ao conteúdo. Com isso este estudo pretende descrever e mostrar o comportamento das relações comerciais Intra-BRICS, a fim de contribuir para melhor compreensão sobre o tema.

Os dados coletados sobre importações e exportações estão disponíveis no site *Trade Map*. Esse site contém todos os dados relacionados ao comércio internacional e tem a colaboração da União Europeia, da Organização Mundial do Comércio e da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), e para complementar outra fonte utilizada foi o banco de dados do Banco Mundial, com o objetivo de obter as informações com relação ao PIB dos países estudados.

Sobre o período delimitado para o estudo foi dividido em dois períodos, o primeiro de 2001 a 2008, pois esse período não apresenta tanta aproximação entre os países do BRICS, pois os países ainda tinham poucas relações e as cúpulas dos BRICS ainda não eram realizadas, o segundo período é de 2009 a 2017 contemplando os anos com a realização de cúpulas anuais entre os países, fazendo com que os países têm maior aproximação. Desse modo procura-se fazer comparação entre esses dois períodos, e observar se com a maior proximidade dos países ocorreu melhoria no comércio entre eles, ou se manteve a evolução natural nas relações comerciais e indicando que os países se aproximaram politicamente e não trouxeram benefícios para o comércio.

Para a padronização dos dados foi adotado o Sistema Harmonizado (SH), segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) “o Sistema Harmonizado é um método internacional de classificação de mercadorias, baseado em uma estrutura de códigos e respectivas descrições”, com o objetivo de desenvolver o comércio internacional, trazendo facilidades para o setor desde as negociações até os levantamentos estatísticos.

O Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) compara os dados de exportação de um país, analisando o peso do setor nas exportações mundiais. “A ideia consiste em “revelar” os setores sólidos de um país através da análise das exportações reais. Para determinar se um país possui posição forte em algum setor específico se faz necessário comparar a participação das exportações desde segmento com as exportações totais do país”. (BALASSA; NOLAND, 1989 apud CAVALCANTI; GUEDES, 2019, p. 43).

O Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) pode ser definido pela seguinte expressão, de acordo com o Ministério das Finanças de Portugal (2010):

$$IVCR = \frac{\frac{X_k^{país}}{X_T^{país}}}{\frac{X_k^{BRICS}}{X_T^{BRICS}}} \quad (1)$$

Então:

$X_k^{país}$ = o valor das exportações do setor k do país;

$X_T^{país}$ = o valor total das exportações do país;

X_k^{BRICS} = o valor das exportações Intra-BRICS para o setor k ;

X_T^{BRICS} = é o valor total das exportações Intra-BRICS.

Onde se lê setor, foram utilizados dados com relação às Seções do Sistema Harmonizado, logo k para este presente estudo corresponde à Seção.

A interpretação do Índice de Vantagem Comparativa Revelada é da seguinte forma:

$IVCR > 1$, o país apresenta vantagem comparativa revelada.

$IVCR < 1$, o país não apresenta vantagem comparativa revelada.

Quanto mais alto for o índice, maior será a vantagem comparativa revelada do país para o setor k no comércio intrabloco.

O Índice de Vantagem Comparativa de Lafay (VCR_L) é utilizado neste estudo como um modo de complementar os resultados alcançados pelo IVCR. Este novo índice o VCR_L é uma versão desenvolvida do índice do Balassa, aperfeiçoado com o desenvolvimento de novos estudos na área.

De acordo com Boulhosa e Amin (2004), para calcular o VCR_L primeiramente calcula-se o seu saldo em relação ao PIB (), ou seja, em relação ao tamanho do mercado nacional.

$$y_{ik} = 1000 * \left(\frac{X_{ik} - M_{ik}}{Y_i} \right) \quad (2)$$

Então:

y_{ik} = a participação do saldo comercial de um setor k , do país i , no PIB;

X_{ik} = valor das exportações do setor k por um país i ;

M_{ik} = valor das importações do setor k por um país i ;

Y_i = PIB (Produto Interno Bruto) do país i .

Próximo passo é definir as contribuições do saldo comercial do setor k à balança comercial e desta em relação ao PIB (equações 3 e 4).

$$g_{ik} = \left(\frac{X_{ik} + M_{ik}}{X_i + M_i} \right) \quad (3)$$

Em que:

g_{ik} = contribuições do saldo comercial do setor k à balança comercial;

X_i = Exportações totais do país i ;

M_i = Importações totais do país i ;

$$y_i = 1000 * \left(\frac{X_i - M_i}{Y_i} \right) \quad (4)$$

y_i = participação do saldo comercial total do país i no PIB (Y_i);

Assim, obtém-se:

$$VCR = f_{ik} = y_{ik} - g_{ik} * y_i \quad (5)$$

em que f_{ik} é vantagem comparativa revelada corrigida pelo PIB.

Quando o indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR_k) apresentar sinal positivo, mostra-se que o país possui vantagem comparativa revelada, e ao apresentar sinal negativo, mostra que o país não possui vantagem comparativa revelada para o setor ou produto que está sendo avaliado. Onde se lê setor, foram utilizados dados com relação às Seções do Sistema Harmonizado, logo k para este presente estudo corresponde à Seção.

Quadro 4. Sumário das Seções do Sistema Harmonizado

(Continua)

Seção I	animais vivos e produtos do reino animal.
Seção II	produtos do reino vegetal.
Seção III	gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal.
Seção IV	produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados.
Seção V	produtos minerais.
Seção VI	produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas.
Seção VII	plásticos e suas obras; borracha e suas obras
Seção VIII	peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias; artigos de correeiro ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefatos semelhantes; obras de tripa.
Seção IX	madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria.
Seção X	pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdício e aparas); papel e suas obras.
Seção XI	matérias têxteis e suas obras.
Seção XII	calçado, chapéus e artefatos de uso semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e suas partes; penas preparadas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo.
Seção XIII	obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
Seção XIV	pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; bijuteria; moedas.
Seção XV	metais comuns e suas obras.

(Conclusão)

Seção XVI	máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios.
Seção XVII	material de transporte.
Seção XVIII	instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; relógios e aparelhos semelhantes; instrumentos musicais; suas partes e acessórios.
Seção XIX	armas e munições; suas partes e acessórios.
Seção XX	mercadorias e produtos diversos.
Seção XXI	objetos de arte, de coleção ou antiguidades

Fonte: Elaboração própria, Receita Federal do Brasil, 2018.

As seções do Sistema Harmonizado que foram selecionadas por serem as que mais têm participação no comércio são as Seções II, V, VI, XI, XV e XVI; a seção II corresponde aos produtos do reino vegetal; seção V corresponde produtos minerais; seção VI corresponde aos produtos da indústria química ou das indústrias conexas; seção XI corresponde a materiais têxteis e suas obras; seção XV corresponde a metais comuns e suas obras e a seção XVI corresponde a máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a aplicação metodológica, pode-se observar na Tabela 1 o resultado comparativo do período em estudo. Onde está marcado com um X é porque o país apresentou vantagem comparativa; ao se comparar os dois períodos percebe-se que ocorreram poucas mudanças de cenário de um período para o outro, sendo a maior parte das vezes o cenário no período de 2001 a 2008, voltou a se repetir em 2009 a 2018.

De acordo com o resultado, os países mais ganharam do que perderam vantagem comparativa de um período para o outro, o período de 2009 a 2017 foi mais benéfico para a China e a Índia que ampliaram a vantagem comparativa em relação ao período de 2001 a 2008. A China ampliou a vantagem comparativa nas seções da indústria química, têxteis e metais, ou seja, a vantagem comparativa veio em seções com necessidade de indústria de transformação. A Índia se destacou nas seções de minérios, têxteis e de metais, mostrando que o país tem uma indústria siderúrgica forte, pois possui a matéria-prima e ainda transforma em produtos finais, conforme observado na Tabela 1.

Tabela 1. Comparação entre o IVCR e VCR_L para os países do BRICS 2001 a 2008 e 2009 a 2017.

(Continua)

		2001 a 2008					2009 a 2017				
		BRA	CHN	IND	RUS	RSA*	BRA	CHN	IND	RUS	RSA*
Seção II	IVCR	X					X				
	VCR_L	X					X				
Seção V	IVCR	X		X	X	X	X		X	X	X
	VCR_L	X		X	X	X	X		X	X	X

(Conclusão)

		2001 a 2008					2009 a 2017				
		BRA	CHN	IND	RUS	RSA*	BRA	CHN	IND	RUS	RSA*
Seção VI	IVCR			X	X	X		X	X	X	
	VCR _L		X		X	X		X		X	
Seção XI	IVCR		X	X				X	X		
	VCR _L		X	X				X	X		
Seção XV	IVCR			X	X	X		X	X		X
	VCR _L				X	X		X	X		X
Seção XVI	IVCR		X					X			
	VCR _L										

Fonte: Elaboração própria.

*Sigla para República da África do Sul.

Percebe-se que o Brasil se mostrou forte em *commodities*, ampliando sua vantagem comparativa nas seções de produtos do reino vegetal e minérios, mostrando como o país sofre com a falta de uma indústria forte, pois não apresentou vantagem comparativa em seções com indústrias. O país apresentou alta especialização nessas seções que tiveram indicadores ainda melhores no período de 2009 a 2017.

A Rússia demonstrou vantagem comparativa nas seções de minérios e na indústria química, o país tem a matéria-prima, mas quando chega a seção de metais o país perde a vantagem comparativa, mostrando que possui uma deficiência na transformação dessa matéria-prima. Na indústria química, o país conta com intervenções do governo para ter vantagem comparativa.

A África do Sul apresentou destaque nas seções de minério e de metais, mostrando que o país tem a matéria-prima e indústria para transformá-la em produto final, perdeu vantagem comparativa na indústria química pela saída de indústrias para outros países.

Com esses pontos destacados fica demonstrado que o período de 2009 a 2017, em que os países tiveram maior aproximação diplomática, tiveram trocas comerciais que beneficiaram os países, uns tiveram aumento nas vantagens comparativas e outros passaram a ter, o aumento nos volumes de exportação e importação nesse período também demonstra que os países aumentaram as relações comerciais e que podem se beneficiar ainda mais de seus potenciais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como meta verificar se a aproximação dos países do BRICS contribuiu para melhorar ou ampliar o comércio por meio do agrupamento do bloco político. Em conjunto, os países tiveram nova percepção da economia global o que ocasionou na criação do novo banco de desenvolvimento dos BRICS.

A motivação desse novo empreendimento é aumentar a representatividade e a influência no cenário internacional e, dessa forma, permitir a inserção dos países do BRICS, além de outros países emergentes.

Para melhor entendimento com relação ao comércio, o objetivo foi elaborar um estudo Intra-BRICS para saber como foi a evolução das relações entre os países de 2001 a 2017, o período inicial foi determinado por ter sido o ano em que o artigo “*Building Better Global Economic BRICS*” (O’Neil, 2001) foi publicado apontando que esses países seriam o futuro da economia mundial e o final por ser o período final completo considerável para se analisar.

Para entender de forma mais profunda surgiu o pensamento de analisar a vantagem comparativa desses países nas principais seções do sistema harmonizado, com isso foi observado que a China aproveitou para ser ainda mais forte nas seções relacionadas a indústrias; é um país que sabe aproveitar seu potencial fabril. O Brasil se destacou nas seções de *commodities*, que mostraram grande especialização do país nos produtos do reino vegetal e minérios, mas a falta de indústrias fortes faz com que o país perca em produtos com alto valor agregado.

África do Sul e Índia se mostram fortes na seção de minérios e nas seções de metais, aproveitando o potencial na matéria-prima e agregam valor. A Rússia mostrou que possui vantagem comparativa na seção de minérios e na seção da indústria química.

Corroborou através do Índice de Lafay (VCRL) que os países têm políticas de inferência no comércio, por mais que sejam parceiros em diversas áreas e cada vez mais próximos. O comércio está distante de ser livre, pois os países adotam políticas como taxação de importação, impostos de exportação, subsídios e outras formas de interferir no comércio, apesar de que o tema de cooperação no comércio vem sendo debatido desde 2015 na VII Cúpula, em 2017 na IX Cúpula o tema volta a ser debatido, destacando um Plano de Ação do BRICS sobre Cooperação Econômica e Comercial e a Estratégia do BRICS para Cooperação Aduaneira. A Seção XVI sobre máquinas e equipamentos é um reflexo disso, os países não possuem vantagem comparativa, dado que, interferem para proteger seu mercado na relação comercial.

Verificou-se que os países ampliaram suas relações comerciais no período pós-criação dos BRICS, conforme resultado mostrado pela vantagem comparativa. Pode-se observar pelas seções que os países tiraram proveito da maior aproximação, o Brasil ampliou sua especialização nas seções que o favorecem, China ficou ainda mais forte e passou a ter vantagem comparativa maior no período pós-BRICS. Rússia, África do Sul e Índia por mais que em alguma seção ocorreu perda de vantagem comparativa, em outra ampliaram a vantagem comparativa, mostrando que existe relação comercial e que o país perde em uma seção para ganhar mais com a outra.

Este estudo atendeu aos objetivos. Fica claro como esses países podem tirar proveito dessa relação, mostrando para o cenário internacional sua relevância. Este tema é extremamente interessante visto que, é uma possibilidade de várias abordagens que podem ser estudadas, entre elas, o Novo Banco de Desenvolvimento trazendo uma nova opção para os países em financiar projetos, ir ainda mais a fundo nas relações comerciais intra-BRICS, podendo focar em produtos específicos e indústrias específicas.

Este estudo tem todo o potencial para continuar, a partir daqui, gerando mais informações e novas descobertas.

REFERÊNCIAS

APPLEYARD, D. R.; FIELD A. J. Jr.; COBB S. L.; **Economia internacional**. Tradução técnica: André Fernandes Lima. [et al.]. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.

BALASSA, Bela. **Trade and revealed comparative advantage**. Banco Mundial, Washington, 1965.

BAUMANN, R; CERATTI, R. TD 1745: a política comercial dos BRICS com seu entorno e efeitos para o Brasil. **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1745.pdf. Acesso em: 27 maio 2018.

BOULHOSA, R. L. De M. E; AMIN, M. M. Uma análise da posição competitiva do Brasil no mercado internacional de abacaxi in natura. In: **CONGRESSO DA SOBER**, 42., Cuiabá, julho 2004.

CAVALCANTI, I. T. do N.; GUEDES, J. F. de C. Cálculo do índice de vantagem comparativa revelada para a exportação da soja em grãos do Estado da Bahia de 2004 a 2014. In: GUILHERME, W.D. (org.). **A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico]**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. p. 23-36.

COZENDEY, C. M. BRIC a BRICS em um mundo em transição. *In*: PIMENTEL, J. V. S. (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 157-169.

FONSECA, JR. G. BRICS: notas e questões. *In*: PIMENTEL, J. V. S. (org.) **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 13-30.

GONÇALVES, W. J. **Fundamentos do TCC – teoria e prática**. Campo Grande, MS: ALJ-MS, 2017.

GONÇALVES, R.; BAUMANN, R. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

IBGE. **Fontes para dados Olímpicos**, 2016. Disponível em: <https://pais.es.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 maio 2018.

ITAMARATY. **BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-inter-regionais/brics>. Acesso em: 15 jul. 2018.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. 8. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2010.

LAFAY, G. Le mesure des avantages comparatives révélés. **Économie Prospective**. Internationale, n. 41. Paris, 1990.

MACHADO, J. B. **Mercosul: processo de integração, origem, evolução e crise**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DE PORTUGAL. Vantagens comparativas reveladas do comércio internacional português por grupos de produtos. **Boletim Mensal de Economia Portuguesa**, n. 12, dez. 2010. Disponível em: <http://www.gpeari.gov.pt/analise-economica/publicacoes/ficheiros-do-bmep/2010/dezembro-de-2010/destaques/Vantagens-comparativas-reveladas-do-comercio.pdf/view>. Acesso em: 07 set. 2018.

MRE. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Comércio exterior: BRICS. Invest & export Brasil. **Guia do comércio exterior Brasil**. Novembro, 2016, p. 3. Disponível em: <https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/ComExtBRICS.pdf>. Acesso em: 07 set. 2018.

O'Neill, J. Building Better Global Economic Brics. **GS. Goldman Sachs Economic Research Group**, n. 6, 66S.0230th, november 2001 Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>. Acesso em: 17 maio 2018.

RAMALHO, A. J. Ceticismo, Intersecções e Oportunidades. *In*: PIMENTEL, J. V. S. (org.) **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 129-146.

RECEITA FEDERAL. SISCOMEX. **Sistema harmonizado de designação e de codificação de mercadorias**. Disponível em: <https://portalunico.siscomex.gov.br/classif/#/sumario?perfil=publico>. Acesso em: 09 ago. 2018.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**, com a introdução de Piero Sraffa. Apresentação de Paul Singer. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

SALVATORE, D. **Economia internacional**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos (LTC), 2000.

SILVA, C. E. L. da. BRICS: De Acrônimo esperto a fórum influente. *In*: J. V. S. (org.) **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. Ed. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 147-156.

STUENKEL O. **BRICS e o futuro da ordem global**. Tradução Adriano Scandolara. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

TAQUES, F.; CAVALCANTE, H.; MONTEIRO, M.; Fluxo de comércio entre o Brasil e os demais países dos BRICS. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 14, n. 2, p. 260-280, 2015.

THORSTENSEN, V.; OLIVEIRA, I. T. M. (org.). **Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul.** Brasília: IPEA 2012.

TRADE MAP. **Trade statistics for international business development monthly, quarterly and yearly trade data. import & export values**, volumes, growth rates, market shares, etc. Disponível em: <https://www.trademap.org>. Acesso em: 14 jul. 2018.

VIEIRA, F. V.; VERÍSSIMO, M. P. Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRICS) e África do Sul. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n.3 (37), p. 513-546, dez. 2009.

Recebido em: 12/01/2021

Aceito em: 04/05/2021